

AINDA O AJUSTE FISCAL

Mrcio G. P. Garcia¹

4/12/96

Um dos muitos efeitos colaterais deletérios da megainflação que vivemos antes do Real é a hipertrofia do noticiários macroeconômicos na imprensa. Por conta disso, nós macroeconomistas somos frequentemente assediados por jornalistas econômicos atrás de notícias para preencher os centímetros quadrados alocados à macroeconomia nas edições do dia seguinte.

Esta semana, ao falar com um deles, eu disse que para saber minha opinião sobre a macroeconomia ele não precisava falar comigo todas as semanas, bastava me ligar uma vez por ano. Afinal, os determinantes estruturais da situação macroeconômica não se modificam com tanta frequência. Dito isto, passei a falar mais uma vez da necessidade de se realizar um ajuste fiscal imediato, sem o qual o Plano Real não conseguirá realizar seus objetivos de prover crescimento econômico sustentado com estabilidade do poder de compra da moeda.

A situação de crise fiscal já se alonga por muito tempo. Há um ano atrás, aqui mesmo, eu escrevia sobre a necessidade imperiosa de se aumentar a poupança doméstica: *O principal obstáculo ao aumento da poupança doméstica está no setor público. Como se sabe, o setor público era um poupador líquido na década de 70, tendo revertido essa posição nos anos subsequentes. A viabilização do aumento da taxa de poupança doméstica depende crucialmente dos esforços de melhoria das contas fiscais.* E sobre a perspectiva para este ano: *... a grande ameaça atual ao Plano Real consiste em esquecer que tentar remediar o desemprego e o baixo crescimento com gastos ou subsídios do setor público é o jeito mais certo e seguro de voltarmos à situação anterior, na qual não só não tínhamos crescimento, como tínhamos a megainflação. Dado que o ano próximo é um ano eleitoral, esse é um risco mais do que nunca presente no qual não podemos incorrer.*

Um ano depois a situação é muito semelhante a de um ano atrás. Não ocorreu um descontrole dos gastos públicos como em outros episódios eleitorais, mas não houve nem de longe a melhora que o governo anunciava no início de 1996. O enorme esforço representado pelo não reajuste do funcionalismo federal em 1996 foi mais do que anulado por outros aumentos de gastos, notadamente dos estados e municípios. Além disso, usaram-se subterfúgios como o adiantamento aos estados por futuras privatizações para circundar restrições que impedem o aumento de suas dívidas. Alguns empréstimos, como o recentemente feito pelo BNDES ao metrô de São Paulo, contrariam frontalmente o esforço de ajuste fiscal.

Sobre o papel da expansão de crédito, sobretudo através do setor público financeiro, na gênese da inflação brasileira, vale citar as palavras de Simonsen (*30 anos de Indexação*, páginas 17 e 18): *As raízes da escalada inflacionária a partir de 1950 se encontram no intervencionismo varguista. É velha a história do Estado que, seguindo os conselhos de Mefistófeles na segunda parte de Fausto de Goethe, emite papel-moeda para administrar o conflito distributivo, na tentativa de dividir o bolo em partes de soma superior ao todo. A manifestação mais ostensiva são os déficits orçamentários do governo, financiados pela expansão monetária. Esses déficits se agravam entre 1950 e 1964, chegando, no final do período, a 4% do produto nacional bruto. Mas muito maior impacto inflacionário teve a expansão de crédito pelos bancos oficiais, particularmente pelo Banco do Brasil, que era usado para financiar não só o governo, mas também o setor privado.*

O melhor resultado na área fiscal deste final de ano tem sido as renegociações das dívidas estaduais acoplada à solução do *imbroglio* dos bancos estaduais, sobretudo o BANESPA. Vale sempre lembrar que tal renegociação só trará os resultados pretendidos se de fato forem cumpridas suas cláusulas. Embora isto seja óbvio, as sucessivas renegociações com os estados no passado recente—bem como a recentíssima tentativa de alguns governadores de “melar” as

¹

Professor do Depto. de Economia da PUC-Rio.

condições previamente acertadas com o governo federal—recomendam fortemente que se ratifique a necessidade de se cumprir o que foi acertado.

Também vale lembrar que renegociações, embora sejam boas por resolverem problemas passados (tirarem os esqueletos do armário), têm o efeito de recompor a capacidade de endividamento **novo** dos estados. Embora isso esteja também regulado pelos acordos com o governo federal, o passado recente mostrou que há várias saídas, como o tradicional atraso a fornecedores e empreiteiras, os precatórios judiciais, o recebimento das contas de luz sem o respectivo repasse à empresa geradora, e o adiantamento por conta de privatizações futuras, entre outros. Tais saídas constituem o que se conhece por restrição orçamentária flexível (*soft budget constraint*), que ameaçam o Plano Real da mesma forma que Simonsen descreveu a expansão de crédito no período Vargas.

Assim, voltando ao meu texto de um ano atrás, substitua-se “ano eleitoral” por “emenda da recandidatura”, e praticamente eu poderia mantê-lo inalterado para falar das perspectivas de 1997. Infelizmente, um organismo doente que não apresenta melhora tende a morrer um dia. Os médicos, em geral, não conseguem prever com exatidão a data da morte, mas eles têm obrigação de avisar ao paciente ou sua família quais são as chances de sobrevivência. Assim também são os economistas; é nosso dever avisar que embora muito bem concebido e executado até aqui (exceto no plano fiscal), as chances de sobrevivência do Plano Real no longo prazo **se mantida a atual situação fiscal** são muito baixas. Oxalá ano que vem eu tenha algo de novo para dizer ao meu amigo jornalista.